

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. Aletheia (Canoas), n. 25, p. 20-34, jun. 2007 .

2) Resumo e Palavras-chave – Este artigo discute aspectos das condições gerais em que 287 crianças foram encaminhadas, acolhidas e cuidadas em um abrigo infantil de Belém, entre 2004 e 2005. Os dados foram coletados por meio de consulta a fontes documentais e entrevista semiestruturada com técnicos do abrigo. Os resultados mostram que 34,84% das crianças que participaram da pesquisa foram encaminhadas ao abrigo antes de completar 1 ano de idade. Ademais, verificou-se que 9,4% das crianças fizeram do abrigo seu local de moradia por um período de tempo que variou de 1 a 6 anos. E aproximadamente 40,41% foram encaminhadas ao abrigo por uma conjunção de fatores relacionados às condições de privação material e emocional a que foram submetidas, geralmente desde o nascimento. O conjunto dos resultados obtidos demonstra que a institucionalização precoce e prolongada de crianças é apresentada como uma prática ainda frequente nos dias atuais, entretanto o conhecimento acerca das condições gerais em que o acolhimento pela instituição acontece, pode ser uma ferramenta que possibilita aos profissionais, autoridades e cuidadores, identificar, prevenir e reparar os efeitos dessa experiência para o desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: criança institucionalizada; instituição de abrigo; cuidado institucional; desenvolvimento da criança.

3) Objetivo do estudo – Contribuir com a reflexão de aspectos particulares dos contextos de desenvolvimento da infância brasileira, a partir da descrição e discussão das condições gerais em que crianças na faixa-etária de 0 a 6 anos são encaminhadas e entregues aos cuidados de uma instituição de abrigo situada na Região Metropolitana de Belém. Entende-se que o conhecimento das condições contextuais a partir das quais crianças têm sido submetidas à institucionalização precoce e prolongada, possibilita aos profissionais, autoridades e cuidadores em geral, reconhecer, reparar e prevenir danos ao seu desenvolvimento global.

4) Tipo de pesquisa – Quantitativa.

5) Período da pesquisa – Entre 2004 e 2005.

6) Forma de coleta de dados – O instrumento utilizado para registro dos dados coletados pode ser descrito como um formulário elaborado com base em estudo anterior sobre a condição psicossocial de crianças que vivem em abrigos e instituições similares elaborado por Weber e Kossobudzki (1996). Para registro dos dados coletados ao longo da pesquisa foi utilizado um instrumento composto por perguntas estruturadas e com múltiplas alternativas de resposta, organizadas em torno de eixos relacionados às condições gerais de encaminhamento e acolhimento da população considerada: identificação pessoal (10 itens), estrutura familiar (19 itens), histórico de institucionalização (30 itens) e situação sócio-jurídica atual (19 itens). Além de análise documental.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico utilizado – Análise descritiva. Referencial teórico: Nogueira (2004), Rizzini e Rizzini (2004), Silva (1997), Siqueira e Dell’Aglío

8) Resultados / dados produzidos – Os resultados demonstram que de um total de 287 crianças que deram entrada na instituição no período considerado pelos pesquisadores, 40,41% foram encaminhadas ao abrigo por um conjunto de fatores relacionados ao contexto de privação material e emocional que são próprios do ambiente familiar do qual derivam. Isso significa quase a metade das crianças foi encaminhada à instituição por uma série de crises e dificuldades experimentadas pelo grupo familiar que foram registradas uma a uma no momento do seu ingresso na instituição. Nesse sentido, verificou-se que a existência de crianças que apresentaram dois (28,57%), três (10,80%) e até quatro ou mais problemas (1,04%) de ordem sócio familiar como justificativa para a sua permanência no abrigo.

Em contrapartida, entre as crianças que apresentaram um único motivo como justificativa para o seu encaminhamento à instituição (n = 171), constatou-se que em 60,23% dos casos analisados a negligência familiar figura como a situação de risco que respaldou a decisão tomada por parte autoridades e profissionais da área.

A maior parte das crianças permaneceu sob os cuidados da instituição por um período de até 15 dias (41,81%) ou no máximo 1 mês (8,71%), o que reforça o caráter provisório dessa medida de proteção social à infância. Por outro lado, a pesquisa revelou que o número de crianças para as quais o abrigo serviu como local de moradia por mais de três meses (31,37%), tempo reconhecido como suficiente para a aplicação de outras medidas de atenção à criança e à família. Ademais, verificou-se que 5,92% das crianças permaneceram no abrigo por um tempo superior a dois anos, número que acompanha de perto as estatísticas nacionais sobre a situação dos abrigos no país. De acordo com o IPEA (2004), entre quase 20.000 abrigados, 32,9% moravam em uma instituição de abrigo por um tempo superior a 2 anos e 13,3% por um período de 6 a 10 anos. As situações em que foi registrado o desligamento da criança do abrigo, os destinos registrados foram os mais diversos, sendo que a maioria retornou ao convívio com a sua família de origem. Nesses casos, as crianças passaram a estar sob os cuidados de seus pais (10,81%), apenas da mãe (33,80%), exclusivamente do pai (6,62%) ou foram viver com parentes próximos, principalmente avós e tios (13,58%).

9) Recomendações – Para o estudo, diferenças estabelecidas entre o cuidado à criança em ambiente familiar e institucional merecem ser investigadas de maneira integrada e contextualizada, sobretudo em termos de suas implicações para a ecologia do desenvolvimento. Para os autores, quanto maior o nível de conhecimento e atenção com as condições gerais do encaminhamento, acolhimento e cuidado em ambiente de abrigo, bem maiores podem ser as chances da prevenção dos fatores de risco para o desenvolvimento infantil, como tem sido considerada a institucionalização precoce e prolongada de crianças.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.